



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

**MENSAGEM Nº 061/2025.**

À CÂMARA MUNICIPAL

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores

Com o presente tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa egrégia Casa de Leis, o Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana e estabelece diretrizes para sua implementação, acompanhamento, avaliação e revisão.

A presente proposição tem como objetivo estruturar, de forma integrada, sustentável e participativa, as ações municipais voltadas à mobilidade urbana, garantindo que o município disponha de instrumentos adequados para o planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas relacionadas.

Desta forma, considerando que a solicitação dos recursos vinculados ao projeto possui prazo de vigência até o exercício de 2025, torna-se imprescindível a apreciação e aprovação em regime de urgência especial, a fim de garantir a efetiva liberação e utilização dos valores dentro do período estabelecido, evitando a perda da oportunidade de investimento e prejuízos ao interesse público.

Diante do exposto, solicita-se **A TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL.**

Gabinete do Prefeito Municipal, 11 de dezembro de 2025.

**MAICON GROSSKOPF**

Prefeito



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 60 , DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

## **INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E ESTABELECE DIRETRIZES**

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Mobilidade Urbana de Piên.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por mobilidade urbana a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano, mediante a utilização de veículos, vias e toda a infraestrutura que possibilite esses deslocamentos.

Art. 2º A Política Municipal de Mobilidade Urbana de Piên se rege pelos princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, prevista na Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012.

Art. 3º São referências legais e normativas da Política Municipal de Mobilidade Urbana de Piên:

- I - Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade;
- II - Lei Federal nº 9.503/1997, Código de Trânsito Brasileiro - CTB e Resolução do CONTRAN nº 514/2014, que institui a Política Nacional de Trânsito;
- III - Lei Federal nº 10.098/2000, Lei da acessibilidade, e Decreto nº 5.296/2004, que a regulamenta;
- IV - Lei Federal nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão;
- V - Norma Brasileira NBR nº 9.050/2020 da ABNT e suas alterações subsequentes.

Art. 4º A Política Municipal de Mobilidade Urbana de Piên é componente da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e guarda compatibilidade com o Plano Diretor Municipal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

Art. 5º Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 139, de 9 de dezembro de 2011, que integra o Município de Piên à Região Metropolitana de Curitiba, a Política Municipal de Mobilidade Urbana deverá manter alinhamento às diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Integrado da referida Região Metropolitana.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 6º A Política Municipal de Mobilidade Urbana de Piên se fundamenta nos seguintes princípios:

- I - Sustentabilidade socioeconômica e ambiental do desenvolvimento da cidade;
- II - Inclusão social;
- III - Acessibilidade universal;
- IV - Eficiência e integração dos modos de transporte
- V - Segurança nos deslocamentos e preservação da vida;
- VI - Gestão democrática e controle social.

Art. 7º A Política Municipal de Mobilidade Urbana de Piên orienta-se pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, em especial os de assegurar vida saudável e bem-estar (ODS 3) e tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (ODS 11).

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Mobilidade Urbana de Piên:

- I - Promover a mobilidade de pessoas no Município, assegurando a integração com a Região Metropolitana de Curitiba;
- II - Assegurar a acessibilidade universal nos espaços públicos, equipamentos urbanos e sistemas de transporte;
- III - Priorizar o transporte público coletivo e os modos de deslocamento não motorizados;
- IV - Reduzir os impactos ambientais e sociais da mobilidade urbana, assegurando a gestão democrática e a participação social na formulação, monitoramento e avaliação da política.

Art. 9º A Política Municipal de Mobilidade Urbana de Piên observará as seguintes diretrizes:

- I - Integração com as demais políticas de desenvolvimento urbano e com as políticas setoriais de habitação, saneamento, meio ambiente, uso e ocupação do solo e planejamento territorial, em âmbito municipal e metropolitano;
- II - Priorização da mobilidade das pessoas sobre a dos veículos, com ênfase nos modos de transporte não motorizados e no transporte público coletivo em relação ao transporte individual motorizado;
- III - Promoção da acessibilidade universal, assegurando condições de circulação seguras e inclusivas para pedestres, ciclistas, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

IV - Equidade no uso do sistema viário, de modo a equilibrar os diferentes modos de transporte e reduzir conflitos de circulação;

V - Integração entre os modos e serviços de transporte urbano, favorecendo a complementaridade e a eficiência da rede de mobilidade;

VI - Redução dos impactos ambientais e sociais da mobilidade urbana, mediante incentivo ao uso de energias limpas, mitigação das emissões poluentes e diminuição de acidentes de trânsito;

VII - Gestão democrática e participativa da política de mobilidade, assegurando transparência, controle social e participação da comunidade em todas as etapas de planejamento, implementação e avaliação.

## TÍTULO II DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA

Art. 10. Fica instituído, no âmbito desta Lei, o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Piên, como instrumento de planejamento destinado à execução e à efetivação da Política Municipal de Mobilidade Urbana.

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS DO PLANO

Art. 11. O Plano de Mobilidade do Município de Piên, tem por finalidade orientar as ações do Município, no que se refere aos modos, serviços e infraestrutura viária e de transporte que garantem os deslocamentos de pessoas e cargas em seu território, com vistas a atender as necessidades atuais e futuras de mobilidade da população de Piên.

Art. 12. O Plano de Mobilidade Urbana do Município de Piên deverá manter compatibilidade e integração com os seguintes instrumentos e normativas:

I - A Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei Federal nº 12.587/2012;

II - O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba;

III - O Plano Diretor Municipal e suas alterações, bem como a legislação urbanística correlata, especialmente a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a Lei do Sistema Viário;

IV - A Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência);

V - O Decreto Federal nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei Federal nº 10.098/2000 sobre promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

VI - A Norma Brasileira NBR nº 9.050/2020 da ABNT e suas alterações, referente à acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

## Seção I

### Dos Conceitos e Definições

Art. 13. Para os fins desta Lei ficam estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- I - Acessibilidade: condição que assegura às pessoas, inclusive com deficiência ou mobilidade reduzida, o acesso seguro e autônomo aos espaços urbanos, edificações, serviços e sistemas de transporte;
- II - Bicicletário: equipamento ou local de grande porte destinado ao estacionamento de bicicletas, de longa duração, com maior número de vagas e, quando aplicável, controle de acesso;
- III - Calçada: parte da via, normalmente segregada e em nível distinto não destinada à circulação e parada de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, arborização e outros fins. Ficando definido como o espaço compreendido entre a faixa de rolamento e o alinhamento predial;
- IV - Ciclofaixa: espaço destinado à circulação de bicicletas, contíguo à pista de rolamento de veículos, sendo dela separado por pintura e/ou dispositivos delimitadores;
- V - Ciclorotas ou Rota Cicável: caminhos ou rotas identificadas como agradáveis, recomendados para uso de bicicletas que complementam a rede de ciclovias e ciclofaixas, minimamente preparados para garantir a segurança de ciclistas, sem tratamento físico, podendo receber sinalização específica;
- VI - Ciclovia: espaço destinado à circulação exclusiva de bicicletas, segregado fisicamente da via de tráfego motorizado e da área destinada a pedestres;
- VII - Estacionamento de Integração: espaço público ou privado destinado a veículos particulares, articulado com sistemas de transporte público, visando dissuadir o uso do transporte individual motorizado;
- VIII - Mobilidade Urbana: condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano, por meio de diferentes modos de transporte, motorizados ou não motorizados;
- IX - Modos de Transporte Motorizados: modalidades de deslocamento que utilizam veículos automotores;
- X - Modos de Transporte Não Motorizados: modalidades de deslocamento que utilizam esforço humano ou tração animal;
- XI - Paraciclo: equipamento de pequeno porte destinado ao estacionamento de curta ou média duração de bicicletas, sem controle de acesso, que possibilite sua fixação e mínima segurança contra furtos;
- XII - Passeio: parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas;
- XIII - Sistema Municipal de Mobilidade Urbana: conjunto organizado e coordenado de modos de transporte, serviços e infraestruturas que garantem os deslocamentos no território do Município;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

- XIV - Transporte Público Coletivo serviço público de transporte de passageiros, acessível a toda a população, mediante pagamento individualizado, com itinerários e tarifas definidos pelo Poder Público;
- XV - Transporte Público Individual: serviço remunerado de transporte de passageiros aberto ao público, por meio de veículos de aluguel, para viagens individualizadas;
- XVI - Transporte Urbano de Cargas: serviço destinado ao transporte de bens, mercadorias ou animais no espaço urbano;
- XVII - Via: superfície por onde transitam veículos e pessoas, compreendendo pista, calçadas, canteiros e faixas entre os alinhamentos prediais.

## Seção II

### Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos Gerais do Plano de Mobilidade Urbana

Art. 14. O Plano de Mobilidade Urbana reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - Reconhecimento do espaço público como bem de uso comum, sob titularidade municipal;
- II - Equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;
- III - Universalidade do direito de se deslocar e usufruir a cidade;
- IV - Desenvolvimento sustentável do município, nas dimensões socioeconômica e ambiental;
- V - Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos de transporte e serviços;
- VI - Acessibilidade universal, com atenção especial à pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida;
- VII - Segurança viária, voltada à preservação da saúde e da vida;
- VIII - Eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana e na prestação dos serviços de transporte.

Art. 15. O Plano de Mobilidade Urbana orienta-se pelas seguintes diretrizes:

- I - Priorização dos pedestres e dos modos de transporte não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;
- II - Adoção de medidas que desestimulem à utilização do transporte individual motorizado;
- III - Integração com a política de desenvolvimento urbano municipal e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso e ocupação do solo no âmbito do Município de Piên;
- IV - Integração com a política metropolitana e com as políticas setoriais correlatas, assegurando mobilidade, acessibilidade e conectividade em todo o espaço urbano;
- V - Redução dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas no Município de Piên;
- VI - Priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

- VII - Desenvolvimento do sistema de transporte coletivo sob aspectos quantitativo e qualitativo;
- VIII - Integração física, operacional e tarifária entre os diversos modos de transporte;
- IX - Estímulo ao uso de energias renováveis e menos poluentes;
- X - Busca de alternativas de financiamento para a implementação das ações do Plano de Mobilidade Urbana;
- XI - Promoção de ações educativas voltadas à sensibilização e conscientização da população;
- XII - Priorização do investimento público na melhoria e expansão da infraestrutura destinada ao transporte público coletivo;
- XIII - Implantação de iniciativas visando a humanização do trânsito.

Art. 16. São objetivos gerais do Plano de Mobilidade Urbana:

- I - Garantir a fluidez do trânsito nas vias urbanas e rurais do município e de seus distritos;
- II - Assegurar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, com prioridade aos meios coletivos e não motorizados, de forma inclusiva e sustentável;
- III - Promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;
- IV - Melhorar condições urbanas no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;
- V - Promover o desenvolvimento sustentável com a redução dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos.

## CAPÍTULO II DO CONTEÚDO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA

### Seção I Do Conteúdo Mínimo

Art. 17. O Plano de Mobilidade contemplará, no mínimo:

- I - Objetivos estratégicos coerentes com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, alinhados ao Plano Diretor Municipal e às demais políticas setoriais locais;
- II - Ações e políticas que articulem o uso e a ocupação do solo à capacidade do sistema de transporte, a fim de assegurar o desenvolvimento econômico e urbano equilibrado, a inclusão social e a eficiência dos investimentos em infraestrutura, admitida a proposição de adequações normativas quando necessário;
- III - Medidas de mitigação dos impactos ambientais e sociais da mobilidade urbana, com prioridade aos modos sustentáveis, à redução de emissões de poluentes e à racionalização da matriz de transportes do Município;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

IV - Programas, projetos e infraestruturas destinados à mobilidade ativa (pedonal e cicloviária), integrados aos demais modos de transporte e à política municipal de promoção da saúde, que deverão conter:

- a) Identificação e qualificação das vias prioritárias para circulação de pedestres, com ampliação e manutenção de calçadas;
- b) Previsão de implantação e manutenção de infraestrutura cicloviária (ciclofaixas, ciclovias, ciclorrotas e espaços compartilhados);
- c) Estímulo à circulação a pé, com iluminação adequada, sinalização indicativa, travessias seguras e ações educativas;
- d) Estímulo ao uso da bicicleta, com sinalização, campanhas de segurança, implantação de paraciclos, bicicletários e sistemas de informação;
- e) Priorização da implantação, readequação e manutenção das calçadas em áreas públicas e no entorno de equipamentos de interesse coletivo.

V - Serviços de transporte coletivo em suas diversas escalas, que compreenderão:

- a) Rede do transporte público coletivo, linhas, itinerários e tecnologias aplicáveis;
- b) Composição das linhas do sistema convencional;
- c) Transporte escolar, linhas metropolitanas, serviços fretados e outros a serem instituídos.

VI - Infraestruturas do transporte coletivo, com definição de áreas prioritárias para:

- a) Construção e readequação de vias, faixas exclusivas e preferenciais;
- b) Implantação de terminais, pontos de parada com abrigo e estações de integração.

VII - Sistema viário urbano e rural, em conformidade com a hierarquização prevista na legislação municipal, composto por:

- a) Circulação viária;
- b) Revitalização e manutenção da infraestrutura;
- c) Pavimentação e acessibilidade universal.

VIII - Acessibilidade universal, física e comunicacional, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como acessibilidade econômica para a população de baixa renda, especialmente no transporte coletivo;

IX - Integração física, operacional e tarifária entre os diferentes modos de transporte, de forma a reduzir conflitos intermodais e ampliar a eficiência da rede;

X - Regras para circulação e operação do transporte de carga, baseadas no conceito de logística urbana sustentável, compatíveis com a movimentação de passageiros e a distribuição de mercadorias;

XI - Diretrizes para polos geradores de viagens, destinadas a equacionar estacionamento e operações logísticas sem estimular o transporte individual, com prioridade ao acesso por transporte coletivo, bicicleta e caminhada;

XII - Política de estacionamento integrada ao planejamento urbano municipal, com definição de áreas de integração modal e de instrumentos de gestão de vagas;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

XIII - Mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana, com garantia de sustentabilidade econômica e modicidade tarifária.

## Seção II Dos Objetivos Estratégicos

Art. 18. O Plano de Mobilidade Urbana contemplará, no mínimo, os seguintes objetivos estratégicos:

- I - Tornar o transporte coletivo mais atrativo que o transporte individual e estabelecer como meta a ampliação do percentual de viagens em modos coletivos em relação ao total de viagens em modos motorizados;
- II - Promover a melhoria contínua dos serviços, equipamentos e instalações relacionados à mobilidade;
- III - Promover a segurança no trânsito;
- IV - Assegurar que as intervenções no sistema de mobilidade urbana contribuam para a melhoria da qualidade ambiental e estimulem o uso de modos não motorizados;
- V - Contribuir para a competitividade econômica do município por meio de sistemas de mobilidade eficientes, seguros e sustentáveis;
- VI - Tornar a mobilidade urbana um fator de inclusão social.

Art. 19. Para atingir o objetivo estratégico de tornar o transporte público mais atrativo em relação ao transporte individual, o Poder Executivo priorizará as seguintes estratégias:

- I - Ampliar as ações relacionadas ao transporte coletivo no sistema viário;
- II - Modernizar os sistemas de informação sobre o transporte coletivo;
- III - Desestimular o uso do transporte individual de forma articulada à melhoria do transporte coletivo;
- IV - Promover ações educativas voltadas à mudança da percepção da população quanto ao uso do transporte individual e coletivo;
- V - Promover a modernização tecnológica dos equipamentos de monitoramento e controle do transporte coletivo e de orientação aos usuários.

Art. 20. A fim de atingir o objetivo estratégico de promover a melhoria contínua dos serviços, equipamentos e instalações relacionados à mobilidade, o Poder Executivo priorizará as seguintes estratégias:

- I - Modernizar os métodos e processos de fiscalização dos serviços de transporte, assegurando maior eficácia e eficiência;
- II - Disseminar informações sobre o sistema de mobilidade urbana e sua operação, a fim de propiciar à população escolhas otimizadas entre os meios de deslocamento oferecidos;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

III - Modernizar os equipamentos e instalações relacionados ao transporte coletivo.

Art. 21. Para atingir o objetivo estratégico de promover a segurança no trânsito, o Poder Executivo priorizará as seguintes estratégias:

- I - Reestruturar a atividade fiscalizatória, com ênfase na segurança, na orientação aos usuários e na operação do trânsito;
- II - Assegurar espaços adequados e direitos preferenciais aos pedestres nas intervenções de mobilidade urbana;
- III - Modernizar os equipamentos tecnológicos de monitoramento, controle do tráfego e orientação aos usuários, com vistas à melhoria da segurança;
- IV - Desenvolver projetos de educação para o trânsito voltados a públicos mais vulneráveis, em especial pedestres, pessoas com deficiência, idosos, motociclistas e jovens condutores;
- V - Priorizar iniciativas, projetos e investimentos que ampliem a segurança no trânsito;
- VI - Otimizar a utilização da infraestrutura viária existente.

Art. 22. Para atingir o objetivo estratégico de assegurar que as intervenções no sistema de mobilidade urbana contribuam para a melhoria da qualidade ambiental e estimulem o uso de modos de transporte não motorizados, o Poder Executivo priorizará as seguintes estratégias:

- I - Difundir o conceito de mobilidade urbana sustentável, enfatizando sua importância para o meio ambiente e a qualidade de vida;
- II - Monitorar a evolução tecnológica dos meios de transporte e induzir a adoção de tecnologias limpas ou menos poluentes pelos prestadores de serviços de transporte público;
- III - Assegurar a valorização do espaço urbano nas intervenções de mobilidade, em articulação com os demais órgãos e entidades da Administração Pública;
- IV - Estimular o uso de transportes não motorizados, mediante integração com os demais modos de transporte e melhoria da oferta de equipamentos e infraestrutura, especialmente calçadas e ciclovias.

Art. 23. Para atingir o objetivo estratégico de contribuir para a competitividade econômica do município por meio de sistemas de mobilidade eficientes, seguros e sustentáveis, o Poder Executivo priorizará as seguintes estratégias:

- I - Adequar o planejamento, o ordenamento e a operação da logística urbana, em cooperação com entidades públicas e privadas e em consonância com as políticas de uso e ocupação do solo, sistema viário, desenvolvimento econômico e gestão da mobilidade;
- II - Aprimorar os métodos e processos de licenciamento de empreendimentos classificados como polos geradores de viagens, de forma a mitigar seus impactos na circulação urbana.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

## ESTADO DO PARANÁ

Art. 24. Para atingir o objetivo estratégico de tornar a mobilidade urbana um fator de inclusão social, o Poder Executivo priorizará as seguintes estratégias:

I - Adequar a infraestrutura viária em conformidade com os requisitos de acessibilidade universal;

II - Assegurar cobertura espacial e temporal suficiente para o atendimento aos usuários do transporte público.

### Seção III

#### Dos Instrumentos de Gestão e Fiscalização

Art. 25. Para viabilizar as estratégias definidas na Seção II deste Capítulo, poderão ser adotados instrumentos de gestão do sistema municipal de mobilidade urbana, tais como:

I - Restringir e controlar o acesso e a circulação, de forma permanente ou temporária, de veículos motorizados em locais e horários predeterminados;

II - Aplicar tributos sobre os modos e serviços de transporte urbano pela utilização da infraestrutura urbana, com a finalidade de desestimular o uso de determinados modos e serviços de mobilidade, vinculando a receita à aplicação exclusiva em infraestrutura destinada ao transporte público coletivo, ao transporte não motorizado e ao financiamento do subsídio público da tarifa de transporte coletivo, na forma da lei;

III - Dedicar espaço exclusivo nas vias públicas para os serviços de transporte público coletivo e para os modos de transporte não motorizados;

IV - Implantar estacionamentos integrados ao sistema de transporte coletivo;

V - Controlar o uso e a operação da infraestrutura viária destinada à circulação e à operação do transporte de carga, com definição de prioridades ou restrições;

VI - Implantar políticas de uso e ocupação do solo, sistema viário e desenvolvimento urbano associadas ao sistema de transporte coletivo, incluindo operações urbanas consorciadas no entorno de corredores viários prioritários, corredores de transporte coletivo e áreas localizadas no entorno de estações de transporte coletivo existentes ou futuras, para fins de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

VII - Obter recursos para a ampliação e a melhoria da rede estrutural de transporte público coletivo;

VIII - Implantar e melhorar espaços públicos, principalmente destinados aos modos de transporte não motorizado, com estímulo ao seu uso;

IX - Melhorar e ampliar a infraestrutura e a rede viária estrutural, priorizando os transportes coletivos, os transportes não motorizados e as ligações regionais e perimetrais que favoreçam a desconcentração e a descentralização urbanas.

Art. 26. Para viabilizar as estratégias definidas na Seção II deste Capítulo deverá ser realizada a fiscalização:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

I - Das calçadas, conforme o disposto na Lei do Sistema Viário e no Código de Obras do Município;

II - Da execução das vedações no alinhamento dos logradouros públicos, conforme o Código de Obras Municipal;

III - Da retirada de barreiras arquitetônicas e urbanísticas que comprometam a acessibilidade dos passeios.

§ 1º A fiscalização prevista neste artigo será de responsabilidade do agente fiscal do Município, vinculado à Diretoria de Tributação e Fiscalização.

§ 2º A fiscalização deverá notificar o proprietário, fixando prazo para a regularização, findo o qual poderá aplicar multa, com valor a ser definido em decreto específico.

## Seção IV Do Sistema Viário

Art. 27. Para viabilizar as estratégias definidas na Seção II deste Capítulo, deverão ser observadas as normas e diretrizes estabelecidas na Lei Complementar do Sistema Viário do Município.

Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo Municipal compatibilizar a infraestrutura viária com as diretrizes constantes na Lei Complementar do Sistema Viário.

Art. 28. Para os efeitos desta Lei, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), as vias do Município classificam-se em:

I - Rodovia: vias pertencentes à Rodovia Engenheiro Carlos Alberto de Camargo Coelho, conforme estabelecido pela Lei nº 14.498, de 11 de agosto de 2004. Essas rodovias desempenham a função de interligar a sede do Município de Piên e o distrito de Trigolândia aos municípios limítrofes;

II - Vias marginais: aquelas inseridas na faixa de domínio das rodovias, correndo paralelas a estas, dando acesso à ocupação lindeira e preferencialmente não cursando as mesmas, permitindo que o tráfego das rodovias continue seu fluxo;

III - Vias arteriais: caracterizadas por interseções em nível, geralmente controladas por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, destinadas ao trânsito entre diferentes regiões da cidade;

IV - Vias coletoras: destinadas a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, com a função de viabilizar o deslocamento dentro das regiões da cidade;

V - Vias locais: vias com interseções em nível não semaforizadas, destinadas exclusivamente ao acesso local ou a áreas restritas;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

VI - Vias tranquilizadas: são vias que propiciam baixas velocidades e permitem a utilização da via como espaço de lazer, priorizando a presença de pedestres e ciclistas sobre o automóvel, podendo, a critério do Município, ter um traçado diferenciado e necessariamente mecanismos redutores de velocidades dos veículos além de revestimento diferenciado;

VII - Estradas ruais: compõem a malha de deslocamento de todo o espaço externo ao perímetro urbano. Sendo classificadas em estradas rurais principais e secundárias.

Parágrafo único. As dimensões mínimas das vias e o mapa do Sistema Viário constam na Lei Complementar do Sistema Viário.

## Seção V Das Calçadas

Art. 29. As calçadas constituem parte essencial do sistema de mobilidade urbana e devem garantir percurso contínuo, seguro e confortável a todos os pedestres, com prioridade à acessibilidade universal e à mobilidade ativa.

Art. 30. A implantação, a adequação, a manutenção e a fiscalização das calçadas observarão as disposições da Lei Municipal que institui o Plano de Rotas Acessíveis, especialmente quanto à faixa livre de circulação, à faixa de serviço, à faixa de acesso, às rampas, aos rebaixamentos, à sinalização tátil, à arborização e ao mobiliário urbano.

Art. 31. As intervenções em calçadas devem ser compatíveis com o Plano Diretor Municipal, a Lei do Sistema Viário e demais normas urbanísticas, de forma a integrar as calçadas à rede viária, ao transporte coletivo e aos demais modos de deslocamento.

Art. 32. Compete ao Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, assegurar a manutenção, a fiscalização e a padronização das calçadas, bem como atribuir ao proprietário do lote lindeiro a obrigação de cumprir as normas aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade municipal de garantir a acessibilidade universal nas rotas acessíveis prioritárias.

Art. 33. O Plano de Mobilidade Urbana e o Plano de Rotas Acessíveis são instrumentos interligados e complementares, e suas atualizações devem ocorrer de forma integrada, a fim de manter unidade normativa e efetividade das políticas públicas de mobilidade e acessibilidade no Município.

## Seção VI Do Monitoramento do Sistema Viário





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

## ESTADO DO PARANÁ

Art. 34. O monitoramento do sistema viário municipal deve ser realizado de forma periódica, em conformidade com a Lei Complementar do Sistema Viário, a fim de assegurar sua atualização e compatibilização com as diretrizes desta Lei.

Art. 35. O monitoramento de que trata o artigo anterior deve contemplar, no mínimo:

- I - A largura e o estado de conservação das vias;
- II - As condições de pavimentação e drenagem;
- III - A adequação das vias às normas de acessibilidade universal;
- IV - A sinalização horizontal e vertical;
- V - A conformidade com a hierarquia viária definida no Plano de Mobilidade e no Plano Diretor.

Art. 36. Compete ao Poder Executivo assegurar a atualização periódica do mapa do sistema viário e dos relatórios técnicos, de modo a manter a integração entre esta Lei, a Lei Municipal que institui o Plano de Rotas Acessíveis e a Lei Complementar do Sistema Viário.

### Seção VII

#### Do Sistema de Transporte Coletivo

Art. 37. O sistema de transporte coletivo do Município será planejado e estruturado em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei e em consonância com a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Art. 38. Compete ao órgão ou entidade da Administração Municipal responsável pela política de mobilidade urbana adotar as seguintes ações:

- I - Obter e atualizar os dados da pesquisa Origem/Destino domiciliar e do transporte coletivo, como subsídio ao planejamento;
- II - Disciplinar o estacionamento de veículos nas rotas destinadas ao transporte coletivo, priorizando sua circulação;
- III - Implementar sistema de transporte coletivo municipal, articulado ao transporte escolar, ao transporte intermunicipal e aos demais modos de deslocamento;
- IV - Definir linhas, itinerários, horários e modos de operação, de acordo com as demandas locais;
- V - Implantar pontos de parada com abrigo e acessibilidade, integrados às rotas acessíveis e às demais infraestruturas de mobilidade;
- VI - Buscar mecanismos de integração operacional e tarifária com o transporte regional e metropolitano.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

## Seção VIII

### Dos Polos Geradores de Viagens

Art. 39. Consideram-se polos geradores de viagens, para os efeitos desta Lei, os estabelecimentos ou equipamentos que atraem elevado número de deslocamentos de pessoas ou veículos, tais como:

- I - Hospitais, pronto-socorros e unidades básicas de saúde;
- II - Agências bancárias e lotéricas;
- III - Terminais rodoviários;
- IV - Complexos esportivos;
- V - Instituições de ensino;
- VI - Templos religiosos;
- VII - Supermercados;
- VIII - Parques industriais;
- IX - Outros definidos em regulamento, de acordo com estudos técnicos de impacto na circulação.

Art. 40. Os polos geradores de viagens devem prever vagas internas para veículos, de acordo com o tipo de ocupação, destinadas a moradores ou empregados, visitantes e clientes, além de atender às seguintes exigências:

- I - Dar prioridade ao acesso por transporte coletivo, bicicletas e pedestres;
- II - Reservar espaços internos para estacionamento de bicicletas;
- III - Cumprir as normas de acessibilidade universal;
- IV - Integrar-se à infraestrutura viária e de transporte do Município.

## CAPÍTULO III

### DA SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÕES PERIÓDICAS DO PLANO DE MOBILIDADE

#### Seção I

##### Do Monitoramento e da Avaliação do Plano de Mobilidade Urbana

Art. 41. O monitoramento da implementação desta Lei será realizado pelo órgão responsável pela política de mobilidade urbana, com base em indicadores de desempenho estabelecidos em regulamento.

§ 1º Os indicadores serão apurados anualmente e divulgados no Balanço Anual da Mobilidade Urbana, a ser disponibilizado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Piên.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

## ESTADO DO PARANÁ

§ 2º O órgão responsável poderá contar com o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento e de outros órgãos da Administração Municipal para subsidiar o monitoramento e a avaliação desta Lei.

### Seção II

#### Da Revisão Do Plano De Mobilidade

Art. 42. As revisões periódicas desta Lei serão precedidas da elaboração de diagnóstico e prognóstico do sistema de mobilidade urbana do Município, devendo contemplar, no mínimo:

I - A análise da situação do sistema municipal de mobilidade urbana em relação aos modos, serviços e à infraestrutura de transporte, à luz dos objetivos estratégicos estabelecidos, bem como a avaliação do progresso dos indicadores de desempenho;

II - A avaliação de tendências do sistema de mobilidade urbana, por meio da construção de cenários com horizontes de curto, médio e longo prazo.

§ 1º A avaliação dos indicadores de desempenho deve considerar os relatórios anuais de balanço da mobilidade urbana elaborados pelo órgão responsável pela política de mobilidade.

§ 2º A elaboração do diagnóstico e do prognóstico referidos no caput deste artigo compete ao órgão da Administração Municipal responsável pela política de mobilidade urbana.

Art. 43. A revisão e atualização desta Lei deve ocorrer no máximo a cada 10 (dez) anos e deve ser precedida de ampla e democrática discussão nas Conferências Municipais de Políticas Urbanas, nos termos da legislação urbanística em vigor.

### Seção III

#### Da Participação da Sociedade Civil no Planejamento, Fiscalização e Avaliação do Plano de Mobilidade

Art. 44. A participação da sociedade civil no planejamento, na fiscalização e na avaliação desta Lei será assegurada pelos instrumentos já previstos e por outros que venham a ser instituídos em regulamento, entre os quais se incluem:

I - Órgãos colegiados com a participação de representantes do Poder Executivo, da sociedade civil e dos operadores dos serviços de transporte;

II - Ouvidorias nas instituições responsáveis pela gestão do sistema municipal de mobilidade urbana;

III - Audiências públicas;

IV - Consultas públicas.

### CAPÍTULO IV





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

## DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45. O órgão da Administração Municipal responsável pela política de mobilidade urbana deverá, no prazo de 18 (dezoito) meses contados da publicação desta Lei:

I - Consolidar e divulgar estudos relativos aos polos geradores de viagens, com identificação de padrões para definição de medidas mitigadoras, a partir da análise dos impactos dos empreendimentos implantados no Município de Piên;

II - Apresentar proposta de política de estacionamento para o Município;

III - Apresentar proposta de política de segurança no trânsito.

Art. 46. As diretrizes e previsões de alargamento indicadas no Plano Diretor Municipal e nesta Lei somente poderão ser alteradas por lei específica ou nas revisões previstas.

Art. 47. Compete ao Poder Executivo editar regulamentos necessários para garantir a eficácia e a efetividade desta Lei.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên, 11 de dezembro de 2025.

  
**MAICON GROSSKOPF**  
Prefeito